

EAJ realiza primeiro encontro voltado à execução trabalhista



O juiz Amaury Haruo Mori (titular da VT de Bandeirantes), os desembargadores Arion Mazurkovic (coordenador da EAJ) e Fátima Teresinha Loro Ledra Machado e o juiz Paulo Henrique Kretzchmar e Conti (titular da VT de Jaguariaíva) durante a abertura do "I Encontro de Magistrados do Trabalho para Debates sobre a Execução Trabalhista", em 22 de agosto **p. 8 e 9**

Tribunal do Trabalho do Paraná e Caixa assinam convênio

O Tribunal do Trabalho do Paraná e a Caixa Econômica Federal assinaram convênio, no dia 21 de agosto, que resultará no jurisdicionado como beneficiário final. Os recursos da parceria reverterão na aquisição de equipamentos e serviços tecnológicos, compra e locação de imóveis, construção e reforma de prédios, capacitação e treinamento de servidores. Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho e representantes da Caixa participaram do ato de assinatura. **p. 3**

Posse de dois magistrados na Justiça do Trabalho do Paraná

Tomaram posse no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho da 9ª Região (Paraná), os magistrados Everton Gonçalves Dutra e Michele Lermen Scottá. Ambos já exerciam a magistratura, no mesmo cargo, respectivamente, nas 12ª e 4ª Regiões (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Natural de Apucarana (PR), o juiz Everton bacharelou-se em Direito em 1993, pela UEL. Nascida em Caxias do Sul (RS), a juíza Michele é bacharel em Direito pela UFRGS. **p. 4**

Nesta Edição

- Justiça do Trabalho adota tabelas unificadas **p. 6**
- Gestão compartilhada evita fechamento de hospital **p. 12**
- TRT do Paraná realiza curso de Libras **p. 13**
- II Encontro Regionalizado de Saúde no interior **p. 15**

TRT-PR comemora 32 anos de instalação com programação cultural

Jussara Elisa

No dia 17 de setembro, o Tribunal do Trabalho da 9ª Região completa 32 anos de instalação. A data será comemorada neste ano com evento no Teatro Guaíra (Auditório Salvador de Ferrante - "Guairinha"), em Curitiba, no dia 19 de setembro, a partir das 19h30.

A programação cultural contará com duas apresentações: espetáculo "O Segundo Sopro", pelo Balé Teatro Guaíra e a Orquestra Filarmônica de Metais e Percussão - Paraná Brass, que em algumas canções terá a interpretação da soprano Luiza Wuaden.

■ O SEGUNDO SOPRO

Em "O Segundo Sopro", a paulista Roseli Rodrigues uniu o sentido dos elementos vento, água e pedras em nove cenas. Na peça, os bailarinos dançam, literalmente, sob uma cortina de chuva artificial, em palco coberto por um espelho de água. Na simbologia,

"O Segundo Sopro" é a representação da água, oposto e complemento do ar. Os dois elementos representam a existência. As nove cenas são: "Aurora"; "O Segundo Sopro"; "Corpus"; "A Partilha"; "Tetractys"; "Uno"; "O Retorno"; "Aurora II" e "Harmonia".



■ PARANÁ BRASS

Criada por iniciativa de músicos paranaenses, a Paraná Brass, como é conhecida, é considerada uma orquestra inovadora no cenário musical.

Em suas apresentações, tem merecido o reconhecimento do público e da crítica especializada, pela proposta diferenciada e pela qualidade musical. A inovação em suas apresentações trouxe novo atrativo ao visual, que se soma à sonoridade dos concertos temáticos do grupo. O maestro é Carlos Domingues, integrante da Orquestra Sinfônica do Paraná.

■ A SOPRANO

Luiza Wuaden iniciou seus estudos musicais aos 3 anos de idade. A soprano integrou o Coral Curumim de Curitiba. Aos 12 anos passou a dedicar-se ao canto lírico. Com 14 anos foi selecionada para audição na "The Juilliard School", em Nova York. Em 2007 gravou o CD "Música de Cena", com o Quarteto de Cordas Iguacu, recebendo Menção Honrosa da Câmara Municipal de Curitiba pelo trabalho. Coursou o estágio avançado de Canto da Escola de Música e Belas Artes do Paraná. ■

Encontro nacional de Ouvidorias será em setembro, na EAJ do TRT do Paraná

Jussara Elisa

O I Encontro Nacional das Ouvidorias da Justiça do Trabalho será nos dias 25 e 26 de setembro, na Escola de Administração Judiciária do TRT-PR. Do programa constam os painéis intitulados "A Estrutura organizacional das Ouvidorias da Justiça do Trabalho e suas atuações como ferramenta de gestão",

"A competência da Ouvidoria e suas atribuições em conflito no âmbito do Tribunal" e "A parceria Ouvidoria / cidadão interno - estratégias de ação". Desse último painel, participará o ouvidor Paulo Roberto dos Santos, da Caixa Econômica Federal, instituição que apóia o evento. Três palestras farão parte do encontro: "Diagnóstico das Ouvidorias Públicas no

Brasil", a ser proferida pela ouvidora-geral da União, Eliana Pinto; "As Ouvidorias Judiciárias e o projeto de lei que regula as atividades dos ouvidores", pelo presidente da Associação Brasileira de Ombudsman, João Elias de Oliveira; e "A Ouvidoria como mediadora de conflitos", pela especialista em mediação de conflitos Eliane Ribert Nazareth. ■

NONA

É uma publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaele Bacila Batista. **Vice-Presidente:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins. **Assessora de Comunicação e Jornalista Responsável:** Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** César Caldas, Flaviane Galafassi, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Irene Pioker, Jussara Elisa e Rose Montes. **Diagramação:** Joel Gogola. **Apoio:** Vera Gutmann. **Tiragem:** 700 exemplares. **Impressão:** Gráfica Mult-Graphic.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Curitiba - Paraná
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

TRT 9ª Região e Caixa assinam convênio



Desembargadoras Rosemarie Pimpão (diretora da EAJ do TRT-9ª Região) e Rosalie Batista (presidente do TRT-9ª Região), Carlos Borges (vice-presidente de Atendimento e Distribuição da Caixa) e Hermínio Basso (superintendente nacional da Caixa)

Jussara Elisa

O Tribunal do Trabalho do Paraná e a Caixa Econômica Federal assinaram convênio, no dia 21 de agosto, que resultará no jurisdicionado como beneficiário final.

Os recursos da parceria reverterão na aquisição de equipamentos e serviços tecnológicos, compra e locação de imóveis, construção e reforma de prédios, capacitação e treinamento de servidores.

Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho e representantes da Caixa participaram do ato de assinatura.

Em seu pronunciamento, o superintendente nacional da Caixa, Hermínio Basso, falou da importância da parceria entre o TRT do Paraná e aquela instituição bancária. "A assinatura desse con-

vênio, em síntese, irá trazer melhores condições de atendimento ao cidadão e a magistrados e servidores, aproximando cada vez mais a Caixa do TRT-PR - órgão do Judiciário que presta serviços tão relevantes à sociedade paranaense", finalizou.

O vice-presidente de Atendimento e Distribuição da Caixa, Carlos Augusto Borges, ressaltou que os recursos chegam para serem bem aplicados em benefício do conjunto de ações do TRT. "Com a parceria, a Caixa pretende colaborar para que o TRT tenha cada

vez mais um excelente desempenho", enfatizou.

A presidente do Tribunal, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, lembrou, em seu discurso, a relevância da parceria entre o TRT e a Caixa para o cumprimento da atividade jurisdicional: "falar em restrição orçamentária é lugar comum, há décadas. O Judiciário Trabalhista é o ramo menos aquinhado dos necessários recursos financeiros para o cumprimento de suas funções, na estrutura do Estado brasileiro. Não bastasse tal circunstância, uma distorção adicional sempre penalizou injustamente esta 9ª Região do Judiciário Trabalhista: a desproporcionalidade na destinação dos já parcos recursos a ele destinados pelo Orçamento Federal, que se alia ao pequeno quantitativo de servidores".



Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho. Em primeiro plano, representantes da Caixa, durante a cerimônia de assinatura do convênio



Escola de Administração Pública

Atendendo convite para a solenidade no Senado Federal, alusiva à Escola de Administração Pública, a desembargadora federal Rosemarie Diedrichs Pimpão (à direita na foto) foi conduzida à mesa pelo presidente daquela Casa, senador Garibaldi Alves, bem assim pelo criador da Escola, senador José Sarney, ex-presidente da República

Posse de dois magistrados na Justiça do Trabalho do Paraná

Com o ato, a 9ª Região passou a contar com 156 juízes de 1º grau

Jussara Elisa

Tomaram posse no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho da 9ª Região (Paraná), os magistrados Everton Gonçalves Dutra e Michele Lermen Scottá.

Ambos já exerciam a magistratura, no mesmo cargo, respectivamente, nas 12ª e 4ª Regiões (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A remoção foi requerida pelos magistrados.

Natural de Apucarana (PR), o juiz Everton bacharelou-se em Direito, em 1993, pela Universidade Estadual de Londrina. Nascida em Caxias do Sul (RS), a juíza Michele é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Com a posse do dia 22, a 9ª Região da Justiça do Trabalho passou a ter 156 juízes de primeiro grau. Desses, 81 são titulares e 75 substitutos.

■ O ATO

Estiveram presentes ao ato, magistrados, servidores e advogados. Dentre as autoridades, o presidente da Amatra-IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão; o



Os magistrados Michele Lermen Scottá, Bráulio Gabriel Gusmão (presidente da Amatra-IX), Rosalie Michaele Bacila Batista (presidente do TRT-PR) e Everton Gonçalves Dutra

secretário-geral adjunto da OAB-PR, advogado Aramis de Souza Silveira; e o presidente da AATPr, advogado Israel Caetano Sobrinho.

O presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, destacou, em seu pronunciamento, a importância da remoção: "Everton e Michele escolheram

trabalhar na 9ª Região e isso é motivo de orgulho para nós".

O juiz Everton Dutra, também falando em nome da juíza Michele Scottá, disse que, como novos integrantes da 9ª Região, irão contribuir para manter a qualidade do trabalho prestado pelo Tribunal do Paraná.

Em seu discurso, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, lembrou que a investidura no cargo de Juiz "significa a concretização de uma escolha que fizeram nos primeiros passos de suas carreiras. Por outro ângulo, representa a concretude da constante renovação do nosso já qualificado quadro de juízes substitutos, que, com o advento do instituto da remoção, tem recepcionado magistrados que trazem a experiência do exercício judicante nos outros estados".

Ao final, o desembargador federal Célio Horst Waldruff entregou aos empossados a carteira funcional de magistrado. Após, receberam ramalhetes de flores das mãos do juiz Cassio Colombo Filho. ■



O juiz Everton Gonçalves Dutra recebe do desembargador Célio Horst Waldruff a carteira de magistrado, ao final do ato de posse



Juíza Michele Scottá recebe do juiz Cassio Colombo Filho ramalhete de flores, como boas-vindas da Justiça do Trabalho do Paraná

Tribunal e Varas do Trabalho em contato direto com acadêmicos

Jussara Elisa

Dando seguimento ao programa do TRT-PR de Visitação Pública, os acadêmicos de Direito da Unipar - campus Paranavaí - participaram de palestra do desembargador federal do Trabalho Benedito Xavier da Silva, em 12 de agosto. O magistrado falou sobre Judiciário e Ministério Público do Trabalho, com ênfase à Justiça do Trabalho.

No dia 27 de agosto, os estudantes de Direito da Faculdade de Telêmaco Borba assistiram à palestra do desembargador Edmilson Antonio de Lima, que falou sobre o Judiciário. Na mesma data, os acadêmicos de Direito da Unibrasil presenciaram a sessão da 4ª Turma do TRT-PR.

Em Marechal Cândido Rondon, os acadêmicos de Direito da Universidade do Oeste fazem visitas à Vara do Trabalho daquela cidade há cerca de cinco



Desembargador Edmilson Antonio de Lima proferiu palestra para acadêmicos de Direito da Faculdade de Telêmaco Borba, no dia 27 de agosto

anos. Na oportunidade, os estudantes são recebidos pelo titular da unidade, juiz Adilson Funez, que fornece explica-

ções sobre a audiência, esclarece dúvidas sobre Direito do Trabalho, e também assistem a audiências trabalhistas. ■

Carta Precatória Eletrônica é implantada em caráter experimental

Flaviane Galafassi

Está implantado, desde 14 de julho e em caráter experimental, o sistema de transmissão eletrônica de cartas precatórias, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Neste

primeiro momento, a Carta Precatória Eletrônica (CPE) está sendo testada nas Varas do Trabalho de Curitiba, São José dos Pinhais, Paranaguá, Umuarama e Telêmaco Borba. No decorrer do desenvolvimento do projeto, outras

unidades devem ser incorporadas, até plena implantação no Regional, com vistas a imprimir maior celeridade e mais eficácia no processamento de atos judiciais dependentes de cartas precatórias. ■

Datacenters: concluída mais uma etapa

Na segunda quinzena de agosto foi concluída mais uma etapa da ampliação de recursos prevista para os dois Datacenters do TRT-PR, com a entrega da infra-estrutura que atende aos novos servidores de rede que serão utilizados pelo Serviço de Banco de Dados. A partir dessa entrega iniciaram-se os trabalhos de instalação e configuração dos softwares necessários para a operacionalização do banco de dados, restando, na sequência, uma última etapa para migração das atuais máquinas para essa moderna estrutura criada. As atividades previstas irão considerar a criação de uma estrutura totalmente nova, tendo impacto na configuração atual de todos os serviços envolvidos

com o banco de dados. No entanto, serão realizadas de forma paralela, sem afetar o funcionamento da estrutura atual, envolvendo procedimentos de validação de todos os novos recursos e a compatibilização com a estrutura do TRT para, somente então, possibilitar a substituição imediata de todo o ambiente atual pelo novo ambiente já homologado. A previsão para conclusão desses trabalhos, incluindo a migração, é de três meses e, a partir disso, o TRT terá melhores condições para atender com mais qualidade os principais sistemas que utilizam o banco de dados corporativo do Tribunal, como SUAP, SRH, intranet, internet, e-gab e diversos outros.

Jussara Elisa

Tabelas processuais unificadas

Projeto de uniformização atende Resolução 46 do CNJ

O projeto de desenvolvimento e implantação das “tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário” é uma iniciativa de aprimoramento de gestão dessas informações processuais. Foi elaborado a partir da constatação da inexistência de padrões minimamente harmônicos de cadastramento dos atos processuais pelos diversos tribunais brasileiros, em seus bancos de dados.

O projeto está sendo desenvolvido sob o controle rígido e centralizado do Conselho Nacional de Justiça e atualmente seu principal ponto de atuação é a uniformização da terminologia utilizada pelos tribunais estaduais, federais, do trabalho e Superior Tribunal de Justiça na inserção de registros sobre a movimentação processual em seus bancos de dados, além da conseqüente padronização dos modelos de informação sobre esses registros, conforme determinado na Resolução 46 do CNJ.

Sob o ponto de vista do juiz Paulo Henrique Kretzchmar e Conti, coordenador do Grupo Gestor das Tabelas Unificadas no TRT-PR e titular da Vara de Jaguariaíva, os objetivos principais dessa uniformização dos registros de dados processuais são: (a) o aprimoramento da compreensão desses dados pela sociedade e, particularmente, pelo público consumidor (partes e advogados), pois tendem a ser semelhantes em qualquer lugar do país e perante qualquer ramo do Poder Judiciário; (b) o aprimoramento da confiabilidade de números estatísticos, que decorrerá do tratamento padronizado que se pretende conferir aos vários incidentes processuais; e (c) a possibilidade de adoção de decisões futuras mais acertadas sobre o planejamento estratégico do Judiciário, pois fundadas em um conjunto de informações adequado.

O CNJ está desenvolvendo para

todo o país esse novo sistema - de uso obrigatório - de cadastramento e gestão de informações processuais, partindo de três tabelas básicas. A primeira tabela, denominada de “classes processuais”, destina-se a abrigar todos os processos (e recursos nesses processos) segundo uma modelagem padronizada, impondo o cadastramento de petições iniciais e de recursos conforme os critérios de diferenciação e nomenclatura deliberados pelo CNJ.

“O TRT-PR vem trabalhando para a adequação de seu sistema de gestão de dados processuais ao sistema padronizado, o que significará a necessidade de uma alteração substancial do SUAP”

Na segunda tabela, denominada “assuntos processuais”, serão inseridos dados sobre as pretensões formuladas em cada um dos processos e recursos, também segundo uma modelagem padronizada. A última tabela, a de “movimentos processuais”, fornece aos servidores responsáveis pela alimentação desses bancos de dados uma série de registros - também padronizados -, através dos quais devem lançar as informações necessárias para que se compreenda (tanto o público interno quanto o público externo) a evolução da tramitação processual, bem como para que sejam acumulados os dados estatísticos a serem extraídos do sistema.

O TRT do Paraná vem trabalhando para a adequação de seu sistema de gestão de dados processuais ao sistema padronizado, o que significará a necessidade de uma alteração substancial do SUAP, embora todos os esforços estejam sendo empreendidos para que o impacto das alterações no cotidiano dos servidores seja o menor

possível. Ressalta-se que o sistema a ser implantado é novo, e, portanto, suas qualidades e eventuais defeitos ainda não foram devidamente demonstrados pelo tempo de uso. A intenção do CNJ é que ocorra um aperfeiçoamento contínuo das tabelas unificadas, em quantidade e complexidade de informações, conforme as necessidades que se fizerem sentir, mas sempre sob seu controle, pois o órgão deve anuir prévia e expressamente sobre qualquer alteração proposta.

O cronograma de implantação do sistema de tabelas unificadas no TRT-PR ainda não foi definido, pois o próprio sistema ainda está em construção, embora em suas etapas finais, perante a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que comanda o projeto no âmbito da Justiça do Trabalho. Os prazos previstos pelo CNJ para a implantação, porém, são exíguos. “Por isso, concomitantemente à conclusão do sistema de tabelas unificadas, a Secretaria de Informática do TRT-PR já está trabalhando intensamente na transição, promovendo a adaptação dos programas, com o auxílio de servidores das Varas do Trabalho e do TRT designados pela presidência. Algumas alterações já estão sendo implementadas, em regime de testes, perante unidades judiciárias determinadas. As Varas do Trabalho de Colombo, Jaguariaíva e o Serviço de Distribuição das Varas de São José do Pinhais estão cadastrando os assuntos processuais a cada petição inicial recebida e autuada, e relatam a natural dificuldade nesse novo trabalho”, explicou o juiz Conti.

As tabelas unificadas poderão ser consultadas através do endereço eletrônico www.cnj.jus.br. Ao acessar a página, clique em Tabelas Processuais, que se encontra no lado direito da página. As informações e as tabelas são atualizadas periodicamente pelo CNJ. ■

Correição nas Varas do Trabalho de Curitiba e Ponta Grossa

Flaviane Galafassi

A Corregedoria da 9ª Região da Justiça do Trabalho realiza, neste mês de setembro, correição ordinária em unidades judiciárias de Curitiba e Ponta Grossa. O objetivo é verificar o andamento dos serviços, o cumprimento de prazos processuais e a adequação dos procedimentos em curso nas varas locais.

O corregedor regional, desembargador do TRT Ney José de Freitas, receberá advogados e estará também à disposição da comunidade jurisdicionada, em horários específicos.

Em Curitiba, a correição acontece na 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, nos dias 1º e 2 de setembro. O corregedor estará à disposição dos interessados, das 16 às 17 horas do dia 2. Nos

dias 25 e 26 de setembro, a correição ordinária será na 6ª VT da capital, com audiência pública no dia 26, das 16h30 às 17h30. Em Ponta Grossa, a correição acontece de 16 a 19 de setembro. As audiências públicas acontecem, das 16 às 17 horas do dia 16, na 1ª e 2ª Varas do Trabalho e, no dia 18, na 3ª VT e no Serviço de Distribuição dos Feitos de Primeiro Grau de Ponta Grossa. ■

Presidência do Tribunal do Trabalho em visita ao interior do Paraná

César Caldas

A presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, visitou, na última semana de julho, seis unidades judiciárias do Oeste do estado - as duas de Cascavel, além das sediadas em Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina e Marechal Cândido Rondon. Em agosto, foi aos Fóruns de Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

O objetivo das viagens foi presenciar fisicamente o andamento das atividades desenvolvidas pela Justiça do Trabalho naquelas localidades, conhecendo mais de perto a realidade da prestação jurisdicional nas regiões.

“Nem sempre a frieza das estatísticas processuais, prazos e número de servidores são o suficiente para formar o convencimento do gestor quanto aos resultados, o sucesso e as dificuldades de um órgão judicante”, afirmou a magistrada, para quem a visita teve também um caráter de itinerância geográfica administrativa.

O espírito de interiorização das ações de gestão revela-se, no bojo do roteiro percorrido pela presidente do Tribunal, em sua participação no Encontro Regionalizado de Saúde, realizado no dia 1º de agosto (vide matéria na página 15 desta edição) e no programa “Fale com

a Presidente” levado a Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

A desembargadora Rosalie reuniu-se com juizes titulares, substitutos e servidores e esteve nas instalações das unidades judiciárias, o que oportunizou também avaliar a adequação dos prédios, da estrutura de informática instalada e do quantitativo do quadro de pessoal com lotação naquelas localidades.

No mês de setembro, a presidente do Tribunal do Trabalho estará em Foz do Iguaçu, participando do “I Encontro de Magistrados do Trabalho para Debates sobre a Execução Trabalhista”. ■

Convênios da EAJ: mestrado e especialização

Jussara Elisa

A Escola de Administração Judiciária do TRT do Paraná e a Unibrasil firmaram parceria para o curso de pós-graduação “Licitações e contratos administrativos”.

Iniciado em agosto, o curso terá duração de 18 meses, totalizando 420 horas-aula. Foram disponibilizadas 20 vagas para servidores do Tribunal que atuam em áreas voltadas a questões de

licitações e contratos.

■ MESTRADO

No convênio entre o TRT do Paraná e o Unicuritiba, 11 candidatos foram considerados aptos a cursar mestrado em Direito. Na linha de pesquisa: “Obrigações e contratos empresariais: responsabilidade social e efetividade” os servidores selecionados foram Maria Cecília Lomelino, Angélica Juste Camargo e

Juliana Augusto de Araújo. Para a linha de pesquisa “Atividade empresarial e constituição: inclusão e sustentabilidade”, foram aprovados a desembargadora Ana Carolina Zaina e os servidores Vanessa do Rocio Souza, Neusa Maria Cabrera, Simone Barbosa Mastrantônio, Maria Neiva de Lima, Lídia Figueira, Willians Lira dos Santos e Larissa Renata Kloss. As aulas também começaram em agosto. ■

EAJ realiza primeiro encontro voltado à execução trabalhista

Agilização e maior efetividade da execução trabalhista

Jussara Elisa

A Escola de Administração Judiciária do TRT-PR promove neste segundo semestre o "I Encontro de Magistrados do Trabalho para Debates sobre a Execução Trabalhista", visando à discussão e à deliberação em torno da agilização e da maior efetividade da execução trabalhista. Está também em debate a viabilidade da prolação de sentenças líquidas em procedimentos sumaríssimos.

O encontro atende recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, bem como da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

PROGRAMAÇÃO

Os temas do encontro foram definidos através da pesquisa respondida pelos juízes que atuam no primeiro grau. O evento está sendo desenvolvido em painéis de discussão, dos quais participam preferencialmente magistrados de primeiro e segundo graus da 9ª Região da Justiça do Trabalho. Conta, ainda, com um relator e dois debatedores. Ao final de cada evento são deliberados o conteúdo da formação de



Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região lotam o auditório da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR no "I Encontro de Magistrados do Trabalho para Debates sobre a Execução Trabalhista"

servidores e as propostas de políticas institucionais do TRT sobre os temas abordados.

ENCONTRO EM AGOSTO

No dia 22 agosto, em Curitiba, foram debatidos "Leilão eletrônico - hasta pública unificada", "Adjudicação e arrematação" e "Penhora".

O evento foi aberto pelo desembargador Arion Mazurkevic, coordenador da Escola de Administração Judiciária e mediador dos painéis. Segundo o magistrado, o encontro visa a obter,

através do debate, procedimentos ideais que propiciem maior efetividade e celeridade na execução, que é a fase de maior represamento na Justiça do Trabalho. O desembargador lembrou da importância do intercâmbio de idéias entre o primeiro e o segundo graus nesse tema, especialmente na Justiça do Trabalho da 9ª Região, onde a possibilidade de uniformização da jurisprudência é facilitada pela concentração do exame dos recursos em execução em apenas um órgão julgador, a Seção Especializada.

Do primeiro painel, "Leilão eletrônico - hasta pública unificada", participaram a desembargadora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado e os juízes Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Amaury Haruo Mori, titulares das VTs de Jaguariaíva e Bandeirantes, respectivamente. O desembargador Célio Waldraff e os juízes Cassio Colombo Filho (18ª Vara do Trabalho de Curitiba) e Ana Paula Sefrin Saladini (Vara do Trabalho de Jacarezinho) integraram o painel "Adjudicação e arrematação". Do último painel do dia, que abordou a penhora, participaram a desembargadora Marlene Teresinha Fuverki



A juíza Ana Paula Sefrin Saladini (titular da VT de Jacarezinho), os desembargadores Arion Mazurkevic (coordenador da EAJ) e Célio Horst Waldraff e o juiz Cassio Colombo Filho (titular da 18ª VT de Curitiba), durante o painel "Adjudicação e arrematação"



Os magistrados Waldomiro Antonio da Silva (titular da VT de Colombo), Arion Mazurkovic (TRT), Felipe Calvet (substituto) e Marlene Fuverki Suguiimatsu (TRT) apresentando o painel que abordou penhora

Suguiimatsu e os juízes Waldomiro Antonio da Silva (Vara do Trabalho de Colombo) e Felipe Augusto de Magalhães Calvet (substituto). O último painel contou, ainda, com a exposição do diretor da Sala dos Oficiais de Justiça de Curitiba, Júlio Cezar Ramos Hein.

Os próximos eventos serão em 11 e 12 de setembro, em Foz do Iguaçu, quando serão abordados os temas "Artigo 475 J" e "Contribuição previdenciária", e em 17 de outubro e 21 de novembro, em Curitiba. ■

2º Curso de Formação Inicial de Juízes é bem avaliado em encontro nacional

Jussara Elisa

Dado o seu pioneirismo e a natureza da proposta desenvolvida, pautada na Resolução 1/2008 da Enamat, o 2º Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos da Escola de Administração Judiciária do Tribunal do Trabalho da 9ª Região (Paraná) foi muito bem avaliado pelos presentes no Encontro Nacional de Escolas da Magistratura do Trabalho. O evento foi realizado nos dias 31 de julho e 1º de agosto, em Belo Horizonte.

Participaram do encontro, pela EAJ do TRT-PR, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão e o juiz Leonardo Wandelli, respectivamente, diretora e membro do Conselho Administrativo da Escola. Este último é também vice-presidente do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho.

O evento foi aberto com a exposição do desembargador do TRT-MG José Roberto Freire Pimenta, integrante do Conselho Consultivo da Enamat - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, que falou sobre a Resolução 1/2008 e debateu o assunto com representantes das escolas regionais. Em seguida, os juízes Noêmia Aparecida Garcia Porto (Ematra X), e Leonardo Wandelli (EAJ do TRT-PR) apresentaram retrospectiva do processo de elaboração das diretrizes do projeto peda-

gógico das escolas de magistratura e a experiência de aplicação prática das idéias discutidas na escola paranaense.

Na oportunidade, a assessora pedagógica da EAJ do TRT da 9ª Região, Acácia Zeneida Kuenzer, expôs para os participantes o modo pelo qual foi desenvolvido o projeto de ensino das escolas de magistratura do trabalho e a formação profissionalizante do magistrado trabalhista. A professora Acácia participou das primeiras reuniões do Conematra para discussão das propostas de aprendizado dos cursos de formação de juízes, que resultaram na elaboração das diretrizes nos planos nacional e regionais e que culminou com a mencionada resolução da Enamat.

■ O 2º CURSO

O "2º Curso de Formação Inicial de Juízes" da EAJ do TRT do Paraná iniciou em 26 de maio e terminou em 25 de julho. Os magistrados que participaram do curso tomaram posse em 18 de abril deste ano. O treinamento atendeu exigência da Emenda Constitucional 45/2004 e da Resolução Administrativa 8/2007, do Regional, que tratam do vitaliciamento dos juízes.

De acordo com a professora Acácia, destacou-se no 2º curso a proposta de articulação entre teoria e prática, efetivada pela alternância de momentos de discussão teórica e experiências práticas relativas à realização de audiências

e redação de sentenças. "Este processo teve como foco a ação jurisdicional, tal como se realiza na prática, com toda a sua complexidade e intensidade", ressaltou. Segundo a doutora em educação, as avaliações realizadas pelos juízes em formação reforçaram a necessidade da formação inicial, bem como a propriedade da sua realização pela Escola de Administração Judiciária da 9ª Região. "Foram apontados, contudo, alguns pontos de atenção que deverão ser observados para as próximas turmas. Dentre eles, destacam-se a necessidade de uma melhor elucidação das atribuições do juiz tutor e a intensificação das relações entre a EAJ e as Varas do Trabalho no transcurso das atividades práticas", finalizou.

Para a diretora da Escola Judiciária do TRT-PR, desembargadora federal do Trabalho Rosemarie Diedrichs Pimpão, "a positiva avaliação, pela Enamat, do curso aqui ministrado, de forma pioneira, sinaliza para um caminho seguro, voltado ao aperfeiçoamento da entrega da prestação jurisdicional, que deve necessariamente encerrar o binômio produtividade com criatividade. Este desiderato, reforçado pela EC 45/2004 e Resolução 1/2008 da Enamat, tem sido buscado seja quanto ao aspecto do conteúdo programático, seja sob o ângulo da metodologia adotada no curso. ■

JAC de 2º Grau alcança 100% de acordo em audiências fora da capital

Foi realizada a primeira audiência do Juízo no litoral do Paraná

Flaviane Galafassi

O Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau, criado para promover a conciliação nos processos trabalhistas que estão tramitando com recursos interpostos no Tribunal Regional do Trabalho ou no Tribunal Superior do Trabalho, alcançou acordo em todas as 15 audiências realizadas em Paranaguá, em 22 de agosto, na primeira vez em que atuou fora da capital. “Por causa das negociações iniciadas nesta rodada, os advogados já se abriram para novas composições, com possibilidade de acordo em outros 12 processos”, explica o desembargador Edmilson Lima, que foi ao litoral para realizar as audiências.

Para ele, a ida de um desembargador ao interior e litoral do estado é importante para cumprir o objetivo de ampliar a conciliação na Justiça do Trabalho. “Em muitos momentos, os acordos só não ocorrem porque, finalizadas as audiências em primeira instância, as

partes deixam de se encontrar e ninguém fala mais em conciliação. Basta incentivarmos para conseguirmos bons resultados, em processos que já estavam, inclusive, no Tribunal Superior do Trabalho, tramitando há muito tempo”, diz.

“Medidas como as que vêm sendo tomadas pelo Juízo de Conciliação são importantes para a pacificação social”.

O Juízo Auxiliar de Conciliação vem, desde o final do ano passado, atuando nesses processos cujas partes demonstrem interesse em conciliar, com resultados positivos. No último mês, por exemplo, foi de 58% o índice de conciliações nas audiências semanais.

A ida do Juízo Auxiliar de Conciliação às cidades do litoral e interior do estado faz parte do processo de extensão das ações administrativas da Justiça do Trabalho do Paraná. Periodicamente, a

presidente do TRT, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, visita as unidades do interior para ouvir da comunidade as necessidades em relação à Justiça do Trabalho. “Queremos uma Justiça cada vez mais próxima do cidadão e essa proximidade se dá, principalmente, encurtando distâncias, oferecendo à população acesso fácil à Justiça”, diz a presidente.

Para ela, medidas como as que vêm sendo tomadas pelo Juízo de Conciliação são importantes para a pacificação social. “A conciliação cumpre um papel importante, que é o de proporcionar a pacificação social, pois neste caso as duas partes saem satisfeitas. Então, a Justiça do Trabalho, que nasceu como Junta de Conciliação e Julgamento, tem o dever de incentivar esse procedimento e é isso que estamos fazendo ao criar juízos de conciliação, tanto de 1º quanto de 2º Grau”, enfatiza a presidente do TRT da 9ª Região. ■

Versatilidade na VT de Marechal Cândido Rondon

Na Vara de Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná) facilitar a conciliação é o lema das atividades diárias. Começa pela frase encontrada em cartaz logo no átrio do Fórum: “A rigidez é boa para a pedra não ao ser humano. A ternura e o bom humor tornam sua presença agradável. Tenha objetivos claros e não receie negociar” (Gurdjieff). A cidade é habitada por uma comunidade típica alemã. Para que a composição entre as partes prevaleça, vale inclusive a ajuda, em alemão, da diretora de secretaria Haidi Gund, na hora de conversar com os mais idosos, que só se comunicam na língua germânica. E, se a falta de dinheiro em espécie for problema na hora da conciliação, o juiz titular Adilson Luiz Funez tem como hábito homologar acordos, inclusive, em cabeças de gado e até sacas de soja ou milho. Tanta versatilidade renderam à VT de Rondon uma média conciliatória de 55% dos processos incluídos em pauta, nos primeiros meses de 2008.

Flaviane Galafassi



Informação à disposição de todos

Flaviane Galafassi

Pesquisar e emprestar livros na biblioteca do TRT-PR está cada vez mais fácil. Graças à estrutura informatizada, o usuário pode pesquisar pela internet ou intranet os títulos de livros ou periódicos que constam do acervo e, ainda, verificar quais estão disponíveis para empréstimo. Além disso, quem está utilizando um dos livros pode renovar o empréstimo via internet, evitando atrasos e multas.

A biblioteca disponibiliza, para magistrados, servidores e familiares, um volume de 12.532 títulos, entre livros e DVDs, além de mais de 20 mil exemplares de revistas. Para este mês estão previstos mais 400 títulos, totalizando 800 novos exemplares. "Nossa biblioteca é considerada de excelência na parte processual. Isso faz com que

tenhamos, além da procura dos nossos servidores e magistrados, também da comunidade externa, que vem ao local para fazer pesquisa", informa a diretora da biblioteca, Sonia Locatelli.

Além de disponibilizar o material para quem está na capital, também são enviados diariamente livros e periódicos para o interior. Por dia, são emprestados cerca de 80 livros para todo o Paraná, sendo Curitiba responsável por 70% dos empréstimos.

Como pesquisar: a pesquisa online é feita de acordo com várias bases de dados, entre elas a de artigos de periódicos onde estão indexados autor, título, nome da revista, ano, número do fascículo, página e principais assuntos. O período abrangido vai de 1992 até julho de 2008.

As bases de dados "Periódico Nacional" e "Periódico Internacional" informam os títulos, nacionais e internacionais, que

a biblioteca possui.

- Base de dados de livros: catalogadas todas as obras que integram o acervo, desde 1976. Para localizar a obra de interesse, basta digitar autor, título ou assunto.

- Base de dados legislativa: indexada a legislação de maior interesse da Justiça do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União, no Diário da Justiça da União e no Diário da Justiça do Paraná, assim como as principais informações para futura recuperação.

- Base de dados de súmulas: indexadas as 10 súmulas do TRT-PR.

A biblioteca mantém ainda uma base de dados de DVDs para empréstimo, com dois exemplares catalogados de cada palestra ou curso realizado na EAJ. A biblioteca está aberta ao público interno, de segunda à sexta-feira, das 9 às 19 horas. ■

Congresso de Direito Internacional

Jussara Elisa

A juíza Dinaura Godinho Pimentel Gomes, titular da 1ª Vara do Trabalho de Londrina, proferiu a palestra intitulada "Transformação da economia e a valorização do trabalho humano: aspectos da necessária observância do Direito Internacional à luz da Constituição Federal", durante o 6º Congresso Brasileiro de Direito Internacional.

A magistrada representou o Tribunal do Trabalho do Paraná no evento,

que foi realizado de 20 a 23 de agosto, em Curitiba. A palestrante é doutora em Direito pela Universidade Degli Studi di Roma - La Sapienza, com revalidação pela Universidade de São Paulo e é pós-doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. ■



Integração do Judiciário em debate

Flaviane Galafassi

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, participou, em 25 de agosto, em Brasília, do Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Supremo Tribunal Fede-

ral. Na oportunidade, foi debatida a integração dos diversos ramos da justiça nacional. O evento reuniu presidentes de tribunais superiores, de justiça, federais, do trabalho, militares e eleitorais, além de conselheiros do CNJ. O objetivo do encontro foi estimular a participação

dos representantes do Poder Judiciário na construção de um planejamento integrado de ações, do aprimoramento dos mecanismos de gestão da atividade jurisdicional e da definição de diretrizes estratégicas para diálogo e cooperação entre órgãos da justiça brasileira. ■

Justiça do Trabalho do Paraná evita fechamento de hospital em Cascavel

Flaviane Galafassi

Uma parceria inédita entre a Justiça do Trabalho do Paraná, Ministério Público, Delegacia do Trabalho, Sindicato de Trabalhadores e iniciativa privada conseguiu impedir o fechamento de um dos principais hospitais de Cascavel, no Oeste do Paraná, dentre os que atendem pelo SUS na região. Isso ocorreu em razão de um plano de gestão compartilhada que, entre vários fatores, instituiu um prazo de carência para que o hospital conseguisse se reestruturar antes de iniciar o pagamento das dívidas trabalhistas. Estima-se que a dívida do Hospital e Maternidade Santa Catarina, decorrente das ações da Justiça do Trabalho do Paraná, seja superior a R\$ 1 milhão e que, somada aos processos que ainda estão em fase de conhecimento, supere R\$ 1,5 milhão. Entre as principais reclamações dos empregados estão salários atrasados e violação a outros direitos trabalhistas, como vale-transporte e vale-alimentação, além da falta de recolhimento das parcelas de FGTS e INSS.

A parceria também está possibilitando a ampliação do hospital, com aumento no número de leitos na UTI e na maternidade. “Quando começamos a atuar, o hospital estava em déficit, com uma renda mensal de R\$ 78 mil e gastos de mais de R\$ 90 mil. Neste último mês, já conseguiu pagar R\$ 180 mil de salários atrasados, equivalentes aos últimos três meses, colocando os salários em dia”, conta o titular da 2ª Vara do Trabalho de Cascavel e diretor do Fórum, juiz Daniel Rodney Weidman.

O trabalho de gestão compartilhada começou em março deste ano, após uma série de reuniões que culminaram em acordo celebrado, na Justiça do Trabalho, com os proprietários do hospital. Pelo acordo, foi instituída uma equipe formada pelo juiz Daniel Weidman, o procurador do Trabalho Enoque Ribeiro dos Santos, representantes do hospital, advogados dos sindicatos dos trabalha-

dores e advogado representante dos credores trabalhistas do hospital.

Um dos principais pontos do acordo foi a fixação de um prazo de carência de cinco meses, no qual a Justiça do Trabalho deixaria de proceder ao bloqueio nas contas bancárias e à penhora de bens do hospital para execução dos processos trabalhistas. Também ficou ajustado que não ocorreriam novas atuações pela Delegacia do Trabalho. Em troca, a administração do

hospital se comprometeu a colocar e manter em dia os direitos trabalhistas dos funcionários, quitando ou parcelando dívidas com o INSS e FGTS, além de acordar o pagamento das dívidas trabalhistas, em parcelas de R\$ 18 mil mensais, a partir de 15 de agosto. Para a garantia do acordo, o imóvel do hospital foi penhorado. “Essa carência de cinco meses deu fôlego para o hospital trabalhar, gerar renda e, com isso, preparar-se para o pagamento dos processos a partir deste mês”, comenta o juiz.

Ele acrescenta que o acordo resultou da necessidade de se pensar no coletivo, que prevalece perante os interesses individuais. “Se continuássemos bloqueando os bens do hospital, ele não teria condições de dar continuidade aos seus trabalhos e iria fechar. O hospital, embora seja particular, tem 80% do seu atendimento pelo SUS. Então, se continuássemos executando as sentenças, resolveríamos um problema pontual e privaríamos a sociedade do acesso ao atendimento público de saúde. O que fizemos foi solucionar esse problema e, a partir de agora, vamos garantir aos trabalhadores que recebam o que é de direito”, diz o juiz. “É muito mais fácil



deferir a penhora e a expropriação dos bens, mas e a sociedade, como fica? O objetivo tem que ir muito além do nosso limitado campo de atuação do Direito. Temos que olhar a coletividade, sem nos descuidarmos dos direitos de cada um”, completa o juiz Daniel Weidman.

O resultado do trabalho é tão positivo que o mesmo modelo já começa a ser aplicado em outro caso, o da Mineração Porto Camargo Ltda. A mineradora foi fechada em Cascavel, ocasionando, até o momento, 55 ações na Justiça do Trabalho, porém continua funcionando em outros municípios paranaenses, como Palotina, Umuarama e Maringá.

Para a presidente do TRT da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, a iniciativa é eficiente e poderia ser utilizada, em situações semelhantes, por toda a Justiça do Trabalho. “Os resultados positivos demonstram que a Justiça resolveu de modo harmonioso, embora não convencional, um problema que poderia se estender a outros trabalhadores e empresas. É preciso, acima de tudo, pensar no coletivo. É a visão de uma Justiça mais ampla”, pondera. ■

Justiça do Trabalho prepara servidores para atendimento em libras

Flaviane Galafassi

O TRT da 9ª Região começou, em agosto, um curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para juízes e servidores que fazem atendimento direto ao público. O objetivo é proporcionar atendimento mais eficaz ao cidadão portador de deficiência auditiva. Foram destinadas, neste ano, 25 vagas para Curitiba. As aulas, organizadas pela Comissão de Responsabilidade Social do TRT, acontecem às terças e quintas-feiras, das 10 às 12 horas. “É de absoluta relevância que, em cada unidade, tenhamos alguém com conhecimento de libras, de forma a garantir uma clara comunicação com os cidadãos que não podem verbalizar suas idéias oralmente”, enfatiza a presidente do TRT, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista.

A preparação dos integrantes da Justiça do Trabalho do Paraná é pioneira e antecede a projeto que propõe, no âmbito da Justiça do Trabalho, a obrigatoriedade da formação de juízes e servidores na linguagem. O projeto está sendo desenvolvido pela Comissão de Libras, criada pelo Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs

(Coleprecor) para discussões sobre a contratação de intérpretes de libras no âmbito da Justiça do Trabalho.

A minuta do projeto foi apresentada ao Coleprecor no dia 27 de agosto, para envio ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Na ocasião, a presidente do TRT, Rosalie Batista, falou sobre a experiência do Paraná.

Além da inclusão de curso de formação de servidores em todos os tribunais trabalhistas do país, o projeto também prevê a disponibilização de intérpretes para as audiências e tradutores para os processos cujos participantes tenham deficiência auditiva.

Para o juiz Cassio Colombo Filho, integrante da Comissão de Libras, é preciso prestar esse atendimento especializado, de modo a garantir a todos o acesso à Justiça. “Há empresas que contratam pessoas portadoras de necessidades especiais para cumprir a



A desembargadora Rosalie Batista (presidente do TRT-PR) e o juiz Cassio Colombo Filho (membro da Comissão de Libras)

cota determinada por lei, mas não oferecem estrutura adequada à execução do trabalho”, diz.

Em decorrência disso, pondera o juiz, o Judiciário tem que estar preparado para atender às partes, considerada toda a diversidade de pessoas. Ele recordou um caso apreciado na 18ª Vara do Trabalho de Curitiba, em que um trabalhador surdo acionou uma empresa por más condições de trabalho. “O advogado pleiteava horas extras e verbas rescisórias, dizendo que o trabalhador tinha sido dispensado sem

justa causa, enquanto, na realidade, ele pretendia rescisão indireta de seu contrato. Ele mesmo tinha deixado o serviço por não suportar as condições de trabalho. Ou seja, ao longo da audiência ficou claro que nem o advogado da própria parte entendera o que era pretendido. Daí a necessidade de termos pessoas que conheçam libras e intérpretes que traduzam essa linguagem, de forma a garantir os direitos e, principalmente, o acesso ao Judiciário para tal grupo de trabalhadores”, enfatiza o magistrado. ■



Os alunos acompanham atentos as explicações da professora Elisanete na primeira aula do curso de Libras. Ao fundo, a diretora da Federação Nacional dos Surdos, Iraci Suzin, que traduz a linguagem de sinais

Palestra aborda a educação infantil

Jussara Elisa

“Quem tem tempo de educar?” foi o tema da palestra proferida pela psicóloga Isabel Parolim, no dia 26 de agosto, na EAJ do TRT da 9ª Região. Promovido pelo Serviço de Desenvolvimento e Benefícios da SRH, o evento integrou o projeto “Ciclo Permanente de Palestras”, que tem por objetivo promover reflexões sobre temas que possam contribuir para melhoria da qualidade de vida.

EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com a palestrante, a sociedade atual vive sempre com pressa: “As famílias correm atrás das informações, do trabalho, do dinheiro, da estabilidade e não têm tempo para educar suas crianças e jovens”. Segundo Isabel, essa situação fez com que as famílias repassassem à escola tarefas educativas intransferíveis. “A escola, igualmente apertada entre o tempo escolar e o tempo da criança, acaba atropelando o processo de aprender dos alunos. Aprender requer tempo, dentre outras coisas”, lembrou. Na oportunidade, respondeu a questionamento sobre o que fazer diante dos atropelos, exigências e características individuais: “É necessário refletir para a compreensão de que o grande problema não é a falta de tempo

real, mas a falta de clareza e de autoridade dos adultos. Pais e Educadores têm sido, ou muito severos, ou muito permissivos, desperdiçando um tempo valioso para a educação e o pleno desenvolvimento de crianças e jovens”, alertou.

Segundo a palestrante, é necessário que, na educação dos filhos, seja lembrado que obedecer regras é fundamental, assim como saber esperar (para as crianças não serem imediatistas) e dar valor ao que possuem (para que não se acostumem a descartar). Explicou,

ainda, que é importante a conversa entre pais e filhos sobre o passado e as atividades do dia-a-dia, por exemplo, para que as

crianças tenham conhecimento da vida dos integrantes de sua família.

Alertou, ainda, que os pais precisam ter mais contato com os filhos, não os deixando na frente de televisão ou computador, em atividade solitária. Diante do isolamento, a criança torna-se hiperindividualista. “A aprendizagem é um ato relacional. As pessoas se constroem através das relações interpessoais”, afirmou.

Isabel Parolin é pedagoga, psicodramatista, psicopedagoga, mestre em Psicologia da Educação e consultora institucional de escolas públicas e privadas, autora de vários artigos e livros, dentre eles “Pais Educadores: Quem tem tempo de Educar?” e “Pais Educadores: É proibido proibir?”



Servidores acompanham a palestra proferida pela psicóloga Isabel Parolim (no destaque)

Vacinação no Tribunal

O TRT do Paraná, em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, realizou vacinação contra sarampo e rubéola, em 28 de agosto. Juízes e servidores entre 20 e 39 anos, receberam a vacina. A mobilização, organizada no TRT pelo SEDESB, faz parte da Campanha Nacional de erradicação da rubéola. Haverá nova vacinação no dia 3 de setembro, das 11h às 15h, no hall de entrada do Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho de Curitiba.

Jussara Elisa



O servidor Rafael Rossetto participou da campanha de vacinação

Encontro discute saúde do servidor

Flaviane Galafassi

Teve início em agosto o II Encontro Regionalizado de Saúde, que neste ano tem como tema “Estilo de Vida e Saúde”. No dia 1º, o evento aconteceu em Cascavel, e no dia 15, em Londrina. Neste mês de setembro será a vez dos servidores das regiões de Maringá e Curitiba participarem do encontro, programado para os dias 5 e 26, respectivamente. O objetivo é discutir boas práticas no ambiente de trabalho, no que diz respeito ao relacionamento interpessoal e à saúde física e mental, além da autogestão da saúde.

“Queremos oferecer aos nossos servidores condições de levar uma vida saudável dentro e fora do ambiente de trabalho”, explica a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista.

Entre os temas debatidos no encontro estão “A difícil arte de relacionar-se: do trabalho ao casamento”, desenvolvido pela psicanalista Gilceley Teixeira dos Santos; “Prosperando com Saúde”, pelo administrador Marcelo Munerato; e “Self Coaching”, pelo psicólogo Amir El Kouba. Além das palestras, três oficinas estão programadas para troca de informações entre os servidores sobre vários aspectos

da saúde. Uma delas é “Hábitos alimentares saudáveis”, conduzida pela nutricionista Gisele Reichel. Na oficina, ela aborda os alimentos mais indicados, inclusive para o “lanche da tarde”, comum nos ambientes de trabalho e que muitas vezes contém excesso de açúcares e gorduras.

Além das palestras e oficinas, também foi preparada para os servidores uma peça teatral, desenvolvida pelo Grupo Zétola Ateliê de Artes, especialmente para o evento.

Quem participou do encontro, em Cascavel e Londrina, aprovou. Para Ludmila Boszczowski, 28 anos, servidora da Justiça do Trabalho há três anos e atualmente lotada na 3ª Vara de Cascavel, a palestra sobre finanças foi uma das mais produtivas para o seu bem-estar. “Mudei meu modo de pensar sobre finanças, a partir da palestra. Tenho hábito de gastar tudo o que ganho e de comprar coisas supérfluas, em várias parcelas, e a palestra do consultor financeiro mostrou bem que essa prática acaba comprometendo, inclusive, nossa saúde mental. Quando a questão financeira não vai bem, com certeza tendo a me estressar e isso interfere no trabalho”, completou.

O servidor Celso de Oliveira, 44 anos,

há nove anos na Justiça do Trabalho e lotado na 1ª VT de Foz do Iguaçu, encontrou na oficina de “Relações construtivas - psicomotricidade relacional” subsídios para avaliar seu comportamento como trabalhador e como pessoa. “Parei para pensar sobre como anda o relacionamento com os outros servidores, principalmente de outras varas, aqui mesmo na região. Na oficina de que participei pude retomar o contato com colegas com os quais há tempos não conversava, apesar de trabalharmos no mesmo prédio”, conta.

A servidora da 6ª VT de Londrina, Juliana Batista Pifer, 27 anos, há três anos na Justiça do Trabalho, considerou o evento importante para o debate sobre relacionamento. A oficina de psicomotricidade relacional também foi uma de suas preferidas. “O trabalho fica bem mais prazeroso e produtivo quando você tem um bom relacionamento com os colegas servidores, com os juizes e com o jurisdicionado”, diz. Para ela, encontros como este servem, inclusive, para unir as pessoas. “Além de ajudar no relacionamento, ainda temos a oportunidade de conhecer servidores de outras cidades, trocar experiências”, pondera. ■



Exposição Fotográfica

No encontro em Cascavel, a servidora Josiane Schuck, da 3ª VT de Foz do Iguaçu, expôs 14 fotografias da região do Parque Nacional, nas Cataratas do Iguaçu. O tema da exposição foi “A fascinante beleza natural”. Segundo ela, a proposta “foi expor um pouco da beleza que encontramos na natureza, remetendo-nos à idéia de que somos parte do meio em que vivemos, e não os donos dele”. A foto ao lado é do Parque das Aves.

VII Olimpíada da Justiça do Trabalho será no Ceará

Jussara Elisa

A VII Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho será realizada de 8 a 15 de novembro, em Fortaleza (Ceará), organizada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho.

Participarão atletas de 15 TRTs. O Tribunal da 9ª Região será representado por servidores nas seguintes modalidades: voleibol, vôlei de areia, atletismo, natação e tênis.

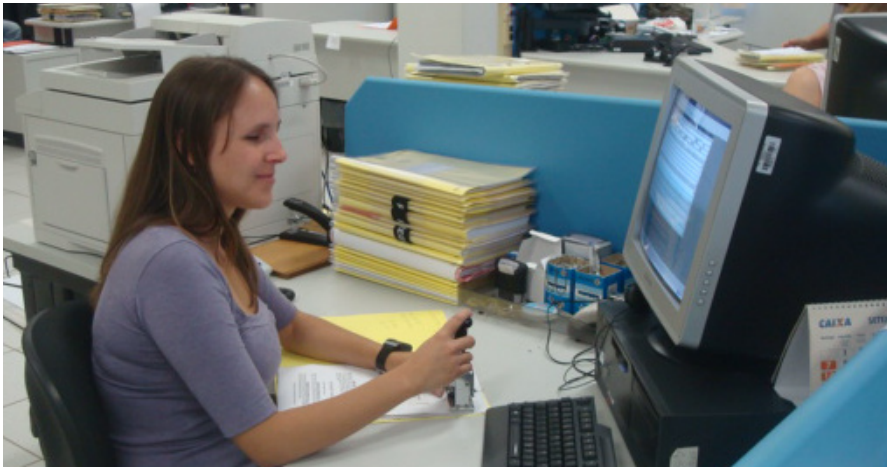
O novo regulamento da olimpíada

está disponível no site www.anastra.com.br. Dúvidas e esclarecimentos: olimpiadanacional@anastra.com.br.

O contato na Justiça do Trabalho do Paraná pode ser feito com Ethel Samek, pelo telefone (44) 9912-8805. ■



Superando limites com eficiência



A servidora Cleuza Sebastiana Farias Santos de Pádua à sua mesa de trabalho, na 3ª VT de Cascavel

Rossana Tuoto

Quem telefona para a 3ª Vara do Trabalho de Cascavel e é atendido pela servidora Cleuza Pádua, nem imagina a cidadã forte e engajada que vai encontrar, por trás daquela voz atenciosa e delicada.

Cleuza Sebastiana Farias Santos de Pádua é cega desde os 16 anos. Tem 29 anos e há 15 atua na Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual. Engajada, é ela quem diz: "As pessoas cegas ainda hoje não são compreendidas como pessoas capazes, precisando lutar cotidianamente para terem acesso à educação e ao trabalho, por isso uma entidade organizada constitui instrumento fundamental para isso". De educação ela também entende - é formada em Pedagogia, especialista em Fundamentos da Educação. E de trabalho, mais ainda: "Antes de ingressar no TRT-PR, trabalhei como técnica administrativa no Hospital Universitário e como técnica previdenciária no INSS, também em Cascavel", conta. Ingressou no 9º Regional em março de 2007 no cargo de Técnico Judiciário.

A diretora de Secretaria da Vara, Lilian Daniela Benvenuti, conta sua apreensão inicial: "Quando fui comunicada de que receberia uma servidora com 100% de deficiência visual, confesso que fiquei

bastante apreensiva, pois nunca havia convivido nem trabalhado com pessoas cegas". Em seguida, a grata surpresa: "Quando Cleuza chegou, percebi que ela poderia realizar muito mais do que meus olhos limitados podem ver". E ressalta: "como servidora, ela supera seus limites físicos e faz seu trabalho com esmero e eficiência, na autuação de processos; na dobra e no envelopamento de notificações e intimações que são encaminhadas pelos correios; no atendimento de ligações telefônicas e no repasse, se necessário. Pergunta quando não sabe. Quer saber sobre o que não vê. Presta informações corretamente. Relaciona-se muito bem com os colegas. Ajuda-nos a ajudá-la. Como pessoa, é alegre, extrovertida, engajada na causa da deficiência, não se acomoda, é bem-humorada e está sempre impecavelmente bem-vestida". No que se refere à inclusão digital de Cleuza, destaca: "O TRT adquiriu um software JAWS (leitor de telas apropriado para cegos), já instalado em seu computador. No entanto, o SUAP ainda não foi totalmente adaptado às suas necessidades, o que impossibilita o desenvolvimento pleno de sua capacidade profissional".

Cleuza revela algumas adaptações para o exercício de suas funções habituais: "Possuo em minha mesa um

carimbo numerador seqüencial, o qual utilizo para numeração das páginas dos processos. Também coloquei etiquetas escritas em braille nos carimbos que mais utilizo". A diretora Lilian revela o nível de parceria da equipe: "Para efetuar a autuação dos processos, os demais servidores da Vara 'preparam' os autos, colando a etiqueta da capa, escrevendo o número dos autos e colocando um clipe nas folhas que precisam ser carimbadas. O restante a Cleuza faz com total independência".

Interação com a equipe parece ser a marca de Cleuza. Ela conta: "Sempre digo que vim para o lugar certo. A equipe da 3ª VT é excelente. Todos são muito companheiros. Desde o início, tive todo o apoio, tanto por parte dos colegas quanto da diretora, que sempre esteve disposta a dialogar e a buscar as melhores alternativas para que eu pudesse realizar o trabalho. O que mais me surpreendeu foi a forma como fui recebida pela equipe, pois era uma situação nova para todos, mas sempre procuraram me tratar com naturalidade, me respeitando como colega de trabalho". Os seus colegas Shirley, Rosemeire, Jerusoberte e Ludmila confirmam essa interação. Bom humor, otimismo, comprometimento e eficiência no trabalho são características citadas com unanimidade. Jerusoberte foi incisiva: "Na maior parte do tempo, esquecemos da sua deficiência visual, já que ela age no ambiente de trabalho como se essa deficiência não existisse.

Acostumamos a preparar o serviço para passar para ela, aprendemos a respeitá-la, ou seja, ela faz parte das nossas vidas". Shirley é definitiva: "Seu exemplo nos incentiva a superar nossos próprios limites". A diretora Lilian completa: "Compreendemos a importância de nos adaptarmos às necessidades dela - e não o contrário, como acontece com as minorias, que geralmente se amoldam ao comportamento da maioria". ■